

INDÍCIOS DO ANTROPOCENO E O CLIMA DAS MARGENS DO DOURO NOS DOIS ROMANCES “DURIENSES” DE EÇA DE QUEIRÓS

SIGNS OF THE ANTHROPOCENE AND THE CLIMATE OF DOURO
MARGINS IN THE TWO “DOURIAN” NOVELS OF EÇA DE QUEIRÓS

Ana Cristina Carvalho 

Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal

Resumo

Ensaia-se uma abordagem ecocrítica dos dois romances semipóstumos de Eça de Queirós com cenário geográfico nas margens do rio Douro: *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901). O objetivo é alcançar uma perspectiva onde ressoe um dos temas ambientais atualmente mais inquietantes – o clima e suas alterações antropogênicas. Explora-se a representação da sucessão das estações do ano no ambiente rural duriense, enquanto elemento narrativo motivador e/ou enquadrador dos enredos. Argumenta-se que ambos os textos, de matriz realista, podem inscrever-se na *Seasons literature* europeia. Simultaneamente, convoca-se a noção de “Antropoceno” (Crutzen; Stoermer, 2000) para mostrar como alguns dos seus indícios são um móbil de ação em *A Cidade e as Serras*. Conclui-se que o fator clima é relevante no desenvolvimento dos enredos e personagens e que as duas narrativas são suscetíveis de avivar nos leitores de hoje a consciência dos desafios do Antropoceno e da significância do sistema climático para a humanidade.

Palavras-chave: Climocrítica; romance português; *A Ilustre Casa de Ramires*; *A Cidade e as Serras*; *Seasons literature*.

Abstract

This article proposes an ecocritical approach to two semi-posthumous novels by Eça de Queirós, geographically set in the margins of the Douro River – *The Illustrious House of Ramires* (1900) and *The City and the Mountains* (1901). Our purpose is to highlight in those narratives the most disturbing environmental topic nowadays – the climate and its anthropogenic changes. We explore the representation of the succession of the seasons in the rural environment of

Resumen

Este artículo propone una aproximación ecocrítica a las dos novelas semipóstumas de Eça de Queirós, ambientadas en las riberas del río Duero: *La Ilustre Casa de Ramires* (1900) y *La Ciudad y las Sierras / El Paraíso de Jacinto* (1901). El objetivo es ofrecer una perspectiva que resuene con uno de los temas ambientales más inquietantes de la actualidad: el clima y sus cambios antropogénicos. El artículo explora la representación de la sucesión de estaciones en el entorno rural del

the Douro as narrative elements that motivate and/or frame the storylines. We argue that both realistic texts are capable of aligning in the European-styled work *Seasons literature*. Simultaneously, we call into question the concept of “Anthropocene” (Crutzen; Stoermer, 2000) in order to demonstrate how some of its signs are a motive to the main action of *The City and the Mountains*. We conclude that the factor of Climate plays a relevant role in the development of the plots and characters, and that the two novels can arouse in current readers a consciousness about the challenges of the Anthropocene and the significance of climate to mankind.

Keywords: Climate Criticism; Portuguese Novel; *The Illustrious House of Ramires*; *The City and the Mountains*; *Seasons Literature*.

Duero, como elementos narrativos que motivan y/o enmarcan las tramas. Se argumenta que ambos textos, de carácter realista, pueden incluirse en la *Seasons literature* europea. Al mismo tiempo, se utiliza el concepto de “Antropoceno” (Crutzen y Stoermer 2000) para mostrar cómo algunos de sus signos impulsan la acción en *La Ciudad y las Sierras*. Se concluye que el factor climático es relevante para el desarrollo de las tramas y los personajes, y que ambas narrativas probablemente concientizarán al lector actual sobre los desafíos del Antropoceno y la importancia del sistema climático para la humanidad.

Palabras-clave: Climocrítica; Novela portuguesa; *La Ilustre Casa de Ramires*; *La Ciudad y las Sierras*; *Seasons literature*.

O Douro continua a ser o maior cachafundão de Portugal. Álgido e ardente. Desde a boca até ao fundo escalam-se todos os climas nevados do Marão e as veigas tépidas do Algarve; mas, regada pelo suor do homem, a fraga desabrochou. [...] Esses foram e são os Lusíadas sem Camões.

(Jaime Cortesão, 1987, p. 27-28)

1.

“Por que ler os clássicos?” tem sido uma pergunta fértil a inspirar reflexões em torno da literatura. Em 2011, foi glosada num opúsculo do Programa Gulbenkian de Ciência (s.d.) sobre clássicos da *nature writing* e da literatura ambientalmente comprometida americanas, como *Walden ou a Vida nos bosques* (Henry Thoreau, 1854) e *Silent Spring* (Rachel Carson, 1962). Faz sentido reconvocar essa questão a propósito da obra ficcional de Eça de Queirós.

O grande tema da “crise ambiental”, intrínseco e transversal a todos os domínios da atividade humana, é, senão “o”, pelo menos “um dos” mais prementes do mundo contemporâneo. As suas manifestações e impactos fazem-se sentir na ecosfera e na sociosfera, e a sua inequívoca gênese antrópica levou o químico neerlandês Paul Crutzen e o biólogo americano Eugene Stoermer a cunhar o termo “Antropoceno”, num artigo de 2000 na *Global Change Newsletter*, para designar a atual época geológica da Terra – caracterizada pelo aumento exponencial da população humana, da urbanização e do consumo de recursos naturais, entre eles os combustíveis fósseis, e pela emissão massiva de resíduos poluentes –, com efeitos crescentes no sistema terrestre e seus subsistemas, incluindo o clima global. Para Crutzen e Stoermer, o início do Antropoceno inscreve-se no final do século XVIII – um marco coincidente com o da Revolução Industrial.

Esses autores preconizaram a “aplicação sábia” do capital científico e tecnológico da “Sociedade do Conhecimento” (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 115) para enfrentar as ameaças atuais e futuras à sustentabilidade ambiental. A função da cultura, da educação e da cidadania conscientes nesse quadro não é objeto privilegiado de sua reflexão. Porém, três décadas antes, os estudos literários americanos desenvolviam a ideia de que também a literatura de índole não técnico-científica, e sim ficcional (assim como a poesia), pode assumir um papel ativo na crise ambiental, por força dos seus conteúdos, mais ou menos explícitos, num tema tão relevante para as sociedades quanto os clássicos temas literários (Rueckert, 1996; Buell, 1995; Garrard, 2006). Esse novo campo, a Ecocrítica (*Ecocriticism*), pressupõe que a literatura, já de si iluminada pela multiplicidade de prismas de leitura dos leitores, contém potencial para avivar ou ativar nestes uma consciência ou um conhecimento – uma literacia – sobre o ambiente e a sustentabilidade da atividade humana na Terra.

Dentro dessa problemática, o clima e suas alterações de origem antrópica são um desafio premente (Santos, 2012, 2021; IPCC, 2023). Em *A Pequena Idade do Gelo: como o clima fez história*, B. Fagan (2020) distingue os ciclos climáticos naturais que ocorreram desde 1300 do fenômeno das alterações climáticas, que foi ganhando terreno no último século. As alterações climáticas atuam na dupla qualidade de problema ambiental – afetando todas as esferas naturais – e problema social – condicionando as necessidades e perspectivas das sociedades, induzindo transformações, novos movimentos e estratégias. Para Fagan (2020, p. 17), ignorar as relações humanas com a natureza e as oscilações climáticas ao longo da história “é negligenciar um dos cenários dinâmicos da experiência humana”, já que o clima mundial segue, também ele, uma “história”.

Seja na perspectiva disfuncional, seja na da natural influência do Clima nos sistemas humanos, consideremos uma subárea da ecocrítica – o *climate criticism*. Não tanto para olharmos a nova ficção literária internacional dedicada a cenários climáticos distópicos, mas antes para observarmos a figuração literária do ciclo das estações e outras manifestações do “tempo” e seu reflexo nas histórias e nas personagens – a “Climocrítica”, segundo Carvalho (2021; 2024). O objetivo é, assim, uma aproximação *climocrítica* de dois romances de Eça de Queirós, frutos da substituição do seu célebre olhar crítico do país por uma “visão clara” reveladora dos “encantamentos da sua terra”, para citar A. Cabral (1944, p. 15-17). Esperamos neles detectar matéria que fomenta a literacia climática dos leitores contemporâneos e também mostrar que a ilusão do real geográfico em Eça de Queirós tem nos elementos climáticos ainda muito para explorar.

2.

Resgatemos a questão inicial deste texto a propósito da escrita queirosiana. Uma das definições de Calvino (2015, p. xx) – “Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma vaga de discursos críticos sobre si, mas que continuamente se livra deles” – parece-nos digna da magnitude de gênio reconhecida à figura máxima do realismo português, pois projeta uma literatura irredutível à exegese que dela se faz.

Para Jorge de Sena (2023, p. 49), Eça de Queirós erguia-se “a seguir a Camões na importância da literatura portuguesa”, e António Cabral (1944, p. 13) via nele “nem um sábio nem um filósofo” com uma “percepção extraordinária da realidade”. Essa realidade foi, *grosso modo*, a cidade, “palco por excelência do romance queirosiano”, fruto de uma “osmose tão significativa e perfeita entre os lugares, a sua geografia e as suas personagens” que a sua novelística realista transmite uma “sensação de verossimilhança” (Matos, 2002, p. 57). Tal fidelidade ao real confirma-se, por exemplo, na carta a Ramalho Ortigão de 8 de Abril de 1878 (*apud* Castro, 2003, p. 16):

[...] De modo que estou nesta crise intelectual: ou tenho de me recolher ao meio onde posso produzir, por processo experimental – isto é, Portugal – ou tenho de me entregar à literatura puramente fantástica e humorística.

Apesar de Eça ter passado metade da vida entre Havana, Newcastle, Bristol, Londres e Paris, Campos Matos (2002) traça um itinerário biográfico do escritor em solo português, partindo de sua terra de nascimento, Póvoa de Varzim, e continuando pela infância em Vila do Conde e Verdemilho (Aveiro), no liceu no Colégio da Lapa (Porto), mais tarde na Quinta de

Refaldes; mas antes ainda em Coimbra, com a universidade, a escadaria da Sé Nova, a Ponte Velha.

Eça de Queirós firma-se nas paisagens do norte de Portugal com *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901), os dois romances a que Augusto de Castro (1942, p. xix) chamou “livros de regresso à terra e à écloga natais”. São títulos da fase de escrita realista/naturalista, sob influência de Proudhon, Zola, Flaubert e Balzac (Fialho, 2024), e constituem o *corpus* literário desta análise, selecionados pelos cenários de ação, que se projetam nas margens do rio Douro. Matos (1998) e Castro (2003) sublinham a sua raiz autobiográfica, já que Eça se ligou por casamento à aristocrática casa de Resende: Emília era filha da condessa de Resende e viria a herdar a Quinta de Santa Cruz do Douro.

Partindo da leitura de correspondência e de textos cronísticos e ensaísticos queirosianos onde o tema “clima” surge com frequência, quer em termos genéricos, quer concretamente o clima do Douro, formulamos duas hipóteses: 1) Os dois romances têm potencial para cativar a atual geração de leitores através da figuração paisagística e climática do vale duriense e da representação dos alvares do mundo tecnológico; e 2) o clima assume papel de relevo nos ambientes-cenário e na construção diegética dos dois romances. Essas hipóteses entroncam em questões-guia da ecocrítica (Garrard, 2006), adaptadas ao nosso objetivo: 1) existem nos romances aspetos da interdependência humana com o ambiente biofísico, em especial com as estações do ano? 2) o quadro geográfico-climático é um tópico relevante no curso das histórias e na vida das personagens? 3) os romances mostram evidências da transição das sociedades do século XIX para um mundo mais “tecnologizado”?

Antes do citado roteiro biográfico de Eça de Queirós, Campos Matos, em *Viagem no Portugal de Eça de Queiroz* (2000), já mapeara um roteiro eciano de norte para sul de Portugal composto pelos marcos geográficos da sua literatura com cenário no país. Nesse artigo centramo-nos em três lugares, todos na envolvência do rio Douro: Santa Cruz do Douro (“Tormes”), Resende e Lamego (este ausente do roteiro, por razões apontadas na seção 4).

3.

A Ilustre Casa de Ramires começou a ser publicado na *Revista Moderna*, de Paris, em 1897. Eça morreria antes de rever a última parte da edição em livro, em 1900, função assumida pelo amigo Júlio Brandão, bastante preciso quanto à modéstia de seu contributo (Brandão, *apud* Moura, 2015, p. 390): “A obra póstuma de Eça de Queiroz [...] começou em página 417 de *A Ilustre Casa de Ramires*”. Trata-se de narrativa enraizada numa geografia real devolvida ao leitor através de uma toponímia fictícia. Narrativa centrada

num meio social privilegiado, burguês, até aristocrático, de gente cujas preocupações são a ociosidade dos dias, os dilemas de a quem alugar as terras de cultivo para auferir maior renda, o correr subterrâneo dos boatos e os banais “reumatismozinhos” (Queiroz, 2015, p. 103). No epicentro desse meio está Gonçalo Mendes Ramires, o “Fidalgo da Torre”, herdeiro “de uma família de imensa crónica, anterior ao Reino, do mais rico sangue dos reis Godos” (Queiroz, 2015, p. 47). O primeiro capítulo traça a resenha histórica da linhagem, desfiando os seus feitos patrióticos desde o século X.

A arquitetura do romance faz-se do entretecer da intriga principal com uma novela histórica de traços épicos escrita pela mão indolente de Gonçalo – “A Torre de D. Ramires”, relato laudatório da grandeza dos antepassados Tructesindo Ramires e seu filho Lourenço, em luta febril contra o bastardo do primeiro, Lopo de Baião. Nada existe de genuína veia literária ou curiosidade histórica no herdeiro Gonçalo: o romancete bebe os factos diretamente de um “poemeto do tio Duarte” sobre a ilustre casa e inspira o seu molde nos volumes bafientos de Walter Scott – também úteis para impedir um gato de assaltar o ninho de melros na faia em frente à varanda, como vemos no Capítulo III.

As motivações desse exercício de escrita fidalga apoiam a sátira ao ecossistema social em causa e ajudam a compor o esboço psicológico de Gonçalo. No primeiro caso, ele é impelido a escrever a saga familiar pelo antigo colega de Coimbra José Castanheiro, fundador de nova revista em Lisboa, os *Anais de Literatura e de História*. Gonçalo aspira a um lugar na máquina do Estado e confia que o obterá por força não da sua raiz aristocrática, mas dos “Saber e Arte” pessoais que manifestará nessa escrita (Queiroz, 2015, 137) – o que de facto vem a acontecer. Para tal conta com a assistência de Castanheira, epítome do jornalista “facilitador” de acessos nos meandros da política. Quanto ao retrato interior de Gonçalo, é evidente que o heroísmo dos antepassados está longe de lhe correr no sangue, sobressaindo em vários episódios o contraste da valentia familiar ancestral com a cobardia física que o define e atormenta: “Porque à sua alma, Deus seja louvado, não faltava arrojo! Mas era o corpo, o traíçoero corpo, que num arrepio, num espanto, fugia, se safava, arrastando a alma” (Queiroz, 2015, p. 226).

Eça vai revelando o Fidalgo ao ritmo compassado do enredo: generoso com os pobres e desvalidos, atento à saúde dos velhos e fiéis criados – o mordomo Bento e a cozinheira Rosa, um tipo literário representativo da classe serviçal, que dá realismo e espessura social à Casa de Ramires. Só a propósito de um gesto de benevolência para com uma criada vislumbramos o retrato físico de Gonçalo: “face aquilina e fina, sempre de uma brancura de nata”, aos trinta anos de cabelo “bem ondeado, mas ténue e fraco” (Queiroz, 2015, p. 32-33).

Do olimpo de abastados vivendo entre passeios a cavalo e de caleche, serões nos clubes e almoços regalados, flanando sobre uma mole de criados,

lavradores e comerciantes subservientes, distingue-se Titó Vilalobos, um bonacheirão “de velha raça alentejana” que adotou o Douro por “afeição bucólica” (Queiroz, 2015, p. 29-30). À mesma esfera pertence o *bon vivant* André Cavaleiro, governador civil da cidade, que em tempos iludiu a irmã de Gonçalo – a “Flor da Torre” Gracinha – à sombra das olaias, para logo lhe destinar um verão de suspiros chorosos.

A frequência de eventos e a velocidade da ação dentro da novela de Gonçalo contrastam com a narrativa principal, que segue a passo lento a trajetória de estrela morna, mas ascendente, deste fidalgo minhoto. Quando os avoengos o visitam em sonhos, vai o romance já avançado, ele ultrapassa enfim o medo e enfrenta um desafiador rapaz do povo, num ato de valentia à maneira antiga dos Ramires. É uma cena restauradora da superioridade da classe privilegiada que *A Ilustre Casa de Ramires* retrata através da sátira aos círculos políticos locais e regionais, feita sempre do ponto de vista desse extrato. Não existe no romance um desvio a essa regra, um exemplo improvável de uma personagem que lentamente se subleve das camadas sociais baixas até um lugar onde possa olhar criticamente o país e o seu sistema.

A Cidade e as Serras (1901) sofreria da mesma autoria inacabada de *A Ilustre Casa de Ramires*: a última versão foi finalizada pelo amigo de colégio Ramalho Ortigão a partir do manuscrito de Eça. Sabemos que a obra fora ensaiada no conto “Civilização” (1892), cujo protagonista é um lisboeta que rumo à serra da Aboboreira. No romance, o cenário geográfico desloca-se ligeiramente, aproximando-se da margem direita do Douro. Também aqui a toponímia da região-cenário é quase toda inventada, mas o Marão e a Aboboreira, embora não identificados, elevam-se silenciosamente em tela de fundo.

Trata-se, à semelhança do romance anterior, de uma crônica de jornada pessoal, confiada ao narrador homodiegético Zé Fernandes, íntimo do quotidiano e dos estados de espírito do amigo Jacinto. A. Lourenço (s.d.) assinala a “técnica enunciativa [...] [que] implica que todo o discurso narrativo esteja subordinado” à “perspetiva conservadora e provinciana” do primeiro e o fato de Eça nos informar o nome completo deste, José Fernandes Lorena de Noronha e Sande, em oposição a Jacinto, apenas nomeado por este nome de família. Contrariamente a *A ilustre casa de Ramires*, em que a personagem Gonçalo interage com um grupo de figuras-satélite secundárias, *A Cidade e as Serras* tem na dupla Jacinto/Zé Fernandes um protagonismo quase igualitário.

Descendente de uma “velha família agrícola que já entulhava grão e plantava cepa em tempos de el-rei D. Dinis”, neto do nobre D. Galeão e herdeiro de propriedades “[n]o Alentejo, pela Estremadura, através das duas Beiras” (Queiroz, 2016, p. 15) e, claro, na região do Douro, Jacinto medrou no palacete de Paris, “com a segurança, a rijeza, a seiva de um pinheiro das

dunas” (Queiroz, 2016, p. 18). Nesse delicado cidadão de Paris, que aos 23 anos de vida nunca visitou Portugal, I. Fialho (2024, p. 250) vê “um filho do século que tem de se perder em Paris para se encontrar no Douro”. Essa ideia remete-nos para a clássica dúvida sobre a tese do romance, abordada por autores como Frank Sousa (1996) e C. Matos (2002): na obra, Eça de Queirós faz a apologia da cidade ou do campo? A questão é pouco relevante para este trabalho, bastando-nos a evidente ênfase literária da dialética cidade-campo, aliás imperfeitamente refletida no título. Imperfeitamente porque “as serras”, ou a vida serrana retratada, configuram um mundo rural intermédio entre o urbano e o puramente selvagem, este sim antítese daquele, porém sem cabimento no romance; e também porque, já ao tempo da narrativa, os ambientes montanhosos e os aglomerados citadinos são, no que diz respeito à implantação no território, frequentemente sobreponíveis. Parece-nos, assim, que a dicotomia civilização-tradição é mais conforme à original ideia de Eça (o conto) e também ao nosso objetivo de olharmos o romance à luz do período que, um século depois, seria batizado como “Antropoceno”.

Será, então, razoável ligarmos esse conceito do início do milênio à figura irrequieta de Jacinto, cujo desafio financeiro lhe permite render-se convictamente às virtudes científico-tecnológicas e às comodidades dos meios urbanos, atalhos diretos para a felicidade. Quando Zé Fernandes o surpreende na mansão dos Campos Elísios, depara com uma profusão de tecnologia: telefone, telégrafo, caloríferos e perfumadores elétricos, “conferençofone”, um elevador de pratos, uma máquina de calcular e até um telescópio, capaz de deslindar realidades do universo vedadas aos “incivilizados” (Queiroz, 2016, p. 22). Mas Jacinto está vergado ao esmorecimento e ao declínio físico, aparentemente devidos ao excesso dessa “mecânica sumptuosa” e da “Erudição” contida nos 30 mil volumes por abrir da sua biblioteca (Queiroz, 2016, p. 32, 80). Note-se que não está isolado nessa sua convicção: o romance não o diz, mas reconhece-se a adesão de Jacinto ao “Cientismo”, o paradigma ocidental dominante no século XIX, em que “a Ciência se torna o novo ídolo” (Lenoble, 1990, p. 316). Os frutos da Revolução Industrial, assim como o estilo de vida que proporcionavam, têm na primeira metade de *A Cidade e as Serras* um investimento narrativo fundamental: são eles que impõem a descontinuidade geográfica do percurso dos dois amigos, cerne do universo diegético.

Quando ao tédio de Paris se somam contínuas falhas no espólio tecnológico doméstico – canalização de águas, eletricidade, elevadores... –, ameaçando o tão venerado conforto material, a fé de Jacinto nos benefícios da civilização citadina, e em si próprio enquanto produto dela, é sacudida. O mal difuso que dele se apodera faz lembrar uma reflexão de A. Salema (1950, s.p.) a propósito de temas genéricos de romance:

Sente-se muitas vezes a humanidade como uma espécie de natureza morta. [...] e não há piedade, altruísmo social, curiosidade artística, que resista a essa infiltração pânica e mortal do homem decaído, do homem sem *eu*.

Ora, Jacinto e Zé Fernandes acabam por rumar, de comboio, ao campo (“as serras”) do norte de Portugal – uma nação que Eça de Queirós via, do seu posto de Londres, como a imagem de “um povo boa pessoa”, com “ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caíada, onde se pressente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor, e com as economias dentro duma meia...” (Queirós, 2021, p. 298).

4.

Porque não vão os senhores, um dia, até Baião e Resende?

Não é só ler até adormecer na poltrona.

É preciso ver, com olhos de ver, os lugares literários.

(Correia, 1968)

Apesar de ambos os romances viverem de uma toponímia fictícia, o realismo descritivo da geografia e paisagem locais, aliado a aspectos bem conhecidos da biografia de Eça, permite identificar os lugares figurados. Em *Viajar com... Eça de Queiroz* (2003), L. Castro inicia o roteiro duriense na estação de comboios de Tormes-Aregos, na linha do Douro, logo o bifurcando: pela margem direita do rio, com destino a Santa Cruz, inspiração de *A Cidade e as Serras* (1901); e pela Ponte de Mosteirô, atravessando para a margem esquerda, palco de *A Ilustre Casa de Ramires* (1900). Este romance situa a ação em três níveis de aglomeração populacional: a propriedade “Solar de Santa Ireneia” ou “Quinta da Torre” ou ainda “Casa de Ramires”, núcleo espacial da história; Vila-Clara, “asseada e vistosa” (Queiroz, 2015, p. 9), vila sede do concelho onde a Quinta dos Ramires se insere; e a cidade de Oliveira, que polariza toda aquela microrregião. Parece unânime que a ficcional Vila-Clara corresponde, na geografia real, a Resende; porém, enquanto C. Matos (2002) entende Oliveira como Oliveira de Azeméis, onde Eça chegou a viver e trabalhar, L. Castro (2003) identifica-a como Lamego, a cidade mais próxima de Resende, reconhecendo-lhe no romance a arquitetura e as instituições, apesar de Eça ter recriado os nomes de ruas e largos. Da ótica geográfica, é mais plausível esta interpretação (Oliveira de Azeméis é já distrito de Aveiro e fora da região do Douro), razão por que incluímos Lamego no conjunto de três lugares durienses que constituem o foco deste artigo.

A figura 1 segue este critério e representa, na Região Norte de Portugal e tendo como referência o curso do rio Douro, a localização dos três concelhos que serviram de cenário às duas ficções queirosianas: *A Ilustre Casa de Ramires* reparte a sua ação pelos municípios de Resende e Lamego (distrito de Viseu), e *A Cidade e as Serras* centra-se no de Baião (distrito do Porto), envolvendo as atuais sub-regiões de *Tâmega e Sousa* e *Douro*.

Note-se que a função do meio rural de cada romance – exercida sobre os protagonistas e suas motivações pessoais, e, consequentemente, sobre o fio das intrigas, apresenta-se com sentidos opostos: enquanto para Gonçalo Ramires “a eleição era a única fenda por onde ele lograria escapar do seu buraco rural” (Queiroz, 2015, p. 274), tendo Lisboa sempre no horizonte, Jacinto, “atrigueirado nas soalheiras e nos ventos das serras [...] tão longe de amarguradas ilusões e de falsas delícias” citadinas, acabará por pisar no Douro “um solo eterno, de eterna solidez, com a alma contente” (Queiroz, 2016, p. 261).



Figura 1. Localização dos concelhos de Resende, Lamego e Baião, cenários dos romances *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901), respectivamente, na região Norte de Portugal.

Fonte: Adaptado de CCDR (2022).

5.

Um texto nas *Cartas de Paris* (Queirós, 2021, p. 234) intitulado “A Sociedade e os climas”, esclarece como Queirós era sensível ao tempo meteorológico em vários níveis (físico, mental, filosófico, artístico). Eça cita Montesquieu e a sua “teoria dos climas”, segundo a qual “em cada região o solo e a atmosfera influem irresistivelmente sobre todos os produtos da natureza, a começar pelos homens e a acabar pelos cogumelos” (Queirós, 2021, p. 235). Nos seres humanos, continua, essa influência deve-se à “ação que o ar exerce sobre as fibras exteriores do nosso pobre corpo”. A esse quadro rígido de Montesquieu – que via nos países frios “povos sãos e bem constituídos abundantes em virtudes”, nos climas temperados, “gentes sensíveis, impressionáveis, imaginativas, [...] incapazes de grandes esforços, loquazes e vãs” e, nas zonas muito quentes, só egoísmo, “más paixões” e preguiça – Eça chama “medonho, falso e estouvadamente improvisado!” (Queirós, 2021, p. 236). E argumenta com as qualidades de Atenas e Roma, perdidas no tempo apesar de “o solo e o ar” se manterem iguais, e ainda com a Paris sua contemporânea (na verdade, a mesma que exauriu Jacinto), cujo clima frio “simboliza tudo quanto não é grave nem puro” (Queirós, 2021, p. 236).

Eça perderia por década e meia o determinismo climático que teve em *Civilization and Climate* (1915), uma obra importante. Nela, E. Huntington defendeu que as características territoriais, especialmente o clima, influenciam a personalidade dos habitantes e a geografia do progresso humano, situando o emergir das grandes civilizações nas regiões de climas “favoráveis”, mais amenos e “estimulantes” (Huntington, 1948, p. 348). Mas Eça tinha uma teoria própria: não são o temperamento e o caráter, mas sim a felicidade que depende do clima:

O nevoeiro, a humidade, o frio e a neve causam em grande parte [...] os males morais e os males sociais [...]. Só na beleza, no brilho, nas formas ricas das coisas íntimas que o cercam ele [o homem] consegue esquecer a fealdade e a monotonia dos céus sempre cinzentos e soturnos (Queirós, 2021, p. 238).

Das “formas ricas” do luxo, Eça passa à inevitabilidade do dinheiro para o manter, e do dinheiro ao ambiente desconexo das sociedades ocidentais modernas, onde inclui a Paris de finais do século XIX: “tão tumultuosas, tão confusas, com as suas fábricas, os seus bazares, os seus bancos [...] as suas opressões escandalosas, as suas incuráveis misérias” (Queirós, 2021, p. 238). Essa imagem urbana é contemporânea de *A Cidade e as Serras* e liga-se aos malefícios da práxis citadina já em pleno Antropoceno, cuja intensificação progressiva redundou na problemática atual. Hoje, o escritor não se queixaria da lama das ruas, dada a impermeabilização generalizada do piso das cidades,

nem dos sete meses ininterruptos de chuva: desde 1850-1860, Paris vem estando sujeita às mesmas oscilações térmicas e pluviais que afetam a maior parte do mundo, como descreve E. Ladurie (2009) em *Le réchauffement de 1860 à nos jours*.

Encontramos, porém, uma contradição de Eça de Queirós na sua resposta a Camilo Castelo Branco (Queiroz, 2001, p. 297), ao defender-se da acusação de não ver neste um verdadeiro escritor: “sou meridional, portanto loquaz” (a teoria de Montesquieu de que discordara em “A sociedade e os climas”); em vez de picardias entre os dois, diz, “Antes desperdiçássemos o nosso tempo preguiçando patriarcalmente, neste doce calor de Junho, sob a figueira e a vinha...” (Queiroz, 2001, p. xx).

Tess Somervell (2019) recorda como as estações do ano podem, nas obras literárias, afetar as emoções e ações das personagens,

affecting the atmosphere, mood, and events significantly, such as using winter for themes of isolation or spring for rebirth and renewal. By understanding the seasonal setting, students can grasp the deeper symbolism and context that the environment provides, enriching the reading experience (Somervell, 2019, p. xx).

Esse conceito de “cenário sazonal” é facilmente reconhecível nos dois romances durienses de Eça de Queirós.

O capítulo I de *A Ilustre Casa de Ramires* é repleto de menções às épocas do ano, com realce para o tempo quente, através de descrições coerentes com o clima temperado de verões quentes e secos, característico das regiões interiores do vale do Douro (IPMA). Eça liga a gênese e a construção da novela épica de Gonçalo às estações: numa noite de maio “macia e quente”, Castanheira insta-o a escrever a novela, sugerindo-lhe que “Trabalh[e] agora no Verão. [...] o Verão é o tempo das belas fortunas, dos rijos feitos” (Queiroz, 2015, p. 18-19); na “dormente suavidade” de outra noite de maio, o Fidalgo pondera esse relato (Queiroz, 2015, p. 22); e é num dia de verão que mais lhe pesa a inércia literária: “desde as quatro horas, no calor e silêncio do domingo de Junho, labutava, empurrando a pena como lento arado em chão pedregoso. Irra! Estou perfeitamente entupido! É este calor!” (Queiroz, 2015, p. 27). A relevância do clima local sobressai também na primeira decisão narrativa do fidalgo: em vez de situar a ação na

[...] aspereza de uma manhã de Dezembro, mais congénere com a rudeza feudal de seus avós, como era então Junho e a Lua crescia, Gonçalo determinou por fim aproveitar as sensações de calor, luar e arvoredos, que lhe fornecia a aldeia – para levantar, logo à entrada da sua novela, o negro e imenso paço de Santa Ireneia, no silêncio de uma noite de Agosto, sob o esplendor da Lua cheia (Queiroz, 2015, p. 25).

Também Videirinha, o servil bardo autor do *Fado dos Ramires*, sempre dirige as suas serenatas a Gonçalo em noites estivais.

As exceções à regra das ambiências veranis são poucas. Eça alude a uma “irada tempestade” que “aterrou Portugal em 1616” (Queiroz, 2015, p. 236) e queimou o adro do Mosteiro de Craquede. De resto assistimos, no capítulo V, ao reverso da veia cobarde e interesseira de Gonçalo, surgindo ele magnânimo e bondoso quando uma serviçal traz à sua presença os filhos pequenos, rogando-lhe clemência para o marido. É uma cena dramática e longa, que tem por fundo visual e sonoro uma noite tempestuosa e termina com Gonçalo emprestando a sua capa à mulher, acolhendo um dos pequenos, febril, e aconchegando-lhe a roupa de cama:

Depois, no corredor, ante a chuva clamorosa que dos telhados se despenhava nas lajes do pátio da casa, ainda mais doridaamente se impressionou com a imagem da pobre mulher, tresloucada pela negra estrada, puxando os filhinhos encharcados, moídos, contra a tormenta solta. E ao penetrar no corredor da cozinha – tremia como um culpado (Queiroz, 2015, p. 173).

Findo um verão atipicamente extenso e literariamente fecundo, o Fidalgo da Torre conclui a novela e sai a cavalo para espairer. É outono, mas sente-se um calor “que desde a véspera, e naquele meado de Outubro, esmagava a aldeia com o refulgente peso de uma canícula de Agosto” (Queiroz, 2015, p. 350). Essa pequena anomalia climática não inspira, contudo, qualquer minúcia descritiva. Para Eça, o tempo meteorológico serve de âncora às narrativas, mas não adquire vida própria, não é agitado como uma bandeira. Ainda assim, o ambiente estival é patente na paisagem que cavalo e cavaleiro atravessam:

Ora enterrada entre valados ora entre muros de pedra solta, a vereda seguia sem beleza, e cansativa: mas as madressilvas nas sebes, por entre as amoras maduras, rescendiam: o fresco silêncio recebia mais frescura e graça dos frêmitos de asa que o roçavam; e tanto era o radiante azul nos céus serenos que um pouco do seu rebrilho e serenidade se instilava na alma. [...] parou a acender pachorrentamente um charuto, rente da velha ponte de pedra que galga o riacho das Donas. Quase seca pela estiagem, a água escura mal corria, sob as folhas largas dos nenúfares, por entre os juncais que a atulhavam (Queiroz, 2015, p. 303).

Perto do desfecho, é sob a “aragem fina” da noite de eleições que Gonçalo assiste, sozinho, inseguro e sem entusiasmo, aos festejos em sua honra e à popularidade conquistada nas freguesias e lugarejos de Oliveira. Fá-lo a partir da varanda da Torre, que subsistira no meio do pomar da casa como mera referência heráldica, e finalmente reclama um papel significativo, ocasião para

Eça satirizar de novo a função dos políticos. Já no inverno, Gonçalo assume funções nos corredores da Assembleia e nos salões da sociedade lisboeta – uma curta carreira sociopolítica que o impele, no verão seguinte, para uma aventura em África.

Em *A Cidade e as Serras*, Jacinto, decepcionado com as comodidades tecnológicas, recebe novas da terra portuguesa:

Sobre a sua quinta e solar de Tormes, por toda a serra, passara uma tormenta devastadora de vento, corisco e água. Com as grossas chuvas, [...] um pedaço de monte, que se avançava em socalcos sobre o vale da carriça, desabara, arrastando a velha igreja, uma igreja rústica do século XVI, onde jaziam sepultados os avós de Jacinto desde os tempos de el-rei D. Manuel. Os ossos veneráveis desses Jacintos jaziam agora soterrados sob um montão informe de terra e pedra (Queiroz, 2016, p. 77).

Esse evento climático distante perfila-se como o móbil da viagem para Portugal, pois Jacinto decide presenciar a trasladação das ossadas, o que acontecerá numa “manhã enevoad” do maio seguinte (Queiroz, 2016, p. 178). Quando comunica a decisão da partida a Zé Fernandes, findo um “Inverno escuro e pessimista”, já se sente no ar de Paris “um bafo de Primavera ainda tímido”. Para trás fica a imagem literária daquele primeiro século do Antropoceno: a cidade de “dois milhões de seres arquejando na obra da Civilização” (Queiroz, 2016, p. 24), onde “o solo é de pau e feltro e alcatrão, e o carvão tapa o céu” (Queiroz, 2016, p. 96), onde os astros são ofuscados pelos “candeeiros de gás” e os “globos de eletricidade” (Queiroz, 2016, p. 155). Na margem direita do Douro de um país entrando mais lentamente nessa época, Jacinto terá à sua espera todo um mundo iniciático: beberá a “água nevada e luzidia da fonte [...] com os beijos na bica” (Queiroz, 2016, p. 151), apanhará limões doces, pulará às cerejeiras carregadas, pescará trutas do riacho das Naves, conversará com o castanheiro que se transfigura a cada estação, conhecerá novas experiências sensoriais e até o agrado de “*ler um livro*” (Queiroz, 2016, p. 191, grifo nosso). A esse período de deslumbre e contemplação sucederá a experiência do contacto direto com a terra: aprende as épocas das sementeiras e das ceifas, o valor do inverno na sementeira das árvores de fruto.

O primeiro inverno em Tormes assume grande importância diegética. A fúria dos elementos é usada pelo escritor como a grande prova de adaptação do parisiense às serras, à orgânica da relação humana com a terra. Silvério, o caseiro, alerta para a inevitabilidade de dias de “nevoeiro a subir do rio logo pela manhã, e a friagem a trespassar os ossos, e ventanias que atiram carvalheiras de raízes ao ar, e chuvas e chuvas que se desfaz a serra!” (Queiroz, 2016, p. 188).

Zé Fernandes, que acusa o amigo de se enamorar do campo só pela amenidade do verão, desafia-o: “E agora é que se vai ver quem é aqui o fino amador da Natureza, com esta chuva pegada, com vendaval, com a serra toda a escorrer!” (Queiroz, 2016, p. 197). Jacinto deseja conhecer “Tormes nos seus hábitos de Inverno” (Queiroz, 2016, p. 197), mas resiste mal ao primeiro embate da “grande chaga” (Queiroz, 2016, p. 208) climática das serras:

Não andámos porém meio caminho quando, depois de um arrepio nas árvores, um negrume carregou e, bruscamente, desabou sobre nós uma grossa chuva oblíqua, vergastada pelo vento, que nos deixou estonteados, agarrando os chapéus, enrodilhados na borrasca. Chamados por uma grande voz, que se esganiçava no vento, avistámos num campo mais alto, à beira de um alpendre, o Silvério, debaixo de um guarda-chuva vermelho [...]. E para lá rompemos, com a chuva a escorrer na cara, patinhando na lama, contorcidos, cambaleantes, atordoados no vendaval, que num instante alagara os campos, inchara os ribeiros, esboroara a terra dos socacos, lançara num desespero todo o arvoredado, tornara a serra negra, bravamente agreste, hostil, inabitável. (Queiroz, 2016, p. 198).

Mais adiante:

E de novo se estabeleceu um silêncio, sob o alpendre, onde penetrava a friagem crescente da serra encharcada. [...] No campo, em declive diante de nós, ia um longo correr de ribeiros barrentos. Eu terminara por me sentar na ponta de um madeiro, enervado [...]. E Jacinto, na borda do carro, com os pés no ar, cofiava os bigodes húmidos, palpava a face onde, com espanto meu, reaparecera a sombra, a sombra triste dos dias passados, a sombra do 202! (Queiroz, 2016, p. 200).

Reconhecemos aqui uma tendência literária assinalada por J. Tanner (2017, p. 20), que a exemplifica com Émile Zola e seu “*ecological realism*”: na literatura do século XIX, a imaginação foi frequentemente resposta para e reflexo de fenômenos climáticos extraordinários. Quando Jacinto se recompõe do choque da intempérie, divisamos nele um sentimento burilado naqueles meses de imersão nas “serras”, algo que o geógrafo Yi-Fu Tuan (1990, p. 4) designa por “Topofilia”, “*the affective bond between people and place or setting*”. Esse inverno fechará, assim, o ciclo iniciático na margem norte do Douro, parecendo selar definitivamente a tentação de regresso ao modo de vida urbano.

Mas o tempo invernal assume em *A Cidade e as Serras* outra profundidade, com forte carga simbólica: a denúncia das iniquidades do Portugal rural do século XIX. A tempestade expõe a Jacinto uma realidade social que ele, na

sua jornada de radiante descoberta do paraíso serrano, ignorava – a “muita fomezinha” que grassava nas vertentes do Douro:

— Fome? Então ele tem fome? Mas há aqui fome?

[...]

— Está claro que há fome, homem! Tu imaginavas que o paraíso se tinha perpetuado aqui nas serras, sem trabalho e sem misérias... [...] Onde há trabalho há proletariado, seja em Paris seja no Douro...

O meu Príncipe teve um gesto de aflita impaciência:

— Eu não quero saber o que há no Douro. O que eu pergunto é se aqui, em Tormes, na minha quinta, dentro destes campos que são meus, há gente que trabalha para mim e que tenha fome, criancinhas como esta, esfomeadas? É o que eu quero saber. (Queiroz, 2016, p. 202).

Nesta cena assistimos à dupla humanização de Jacinto – no plano pessoal, pelo contacto com a paisagem viva e funcional das serras, e no plano coletivo, pela solidariedade com o povo rural. É uma transferência do caráter de Eça para a ficção: numa carta à esposa Emília de 2 Junho de 1898 (Queirós, ano, *apud* Fialho, 2024, p. 256), o escritor queixava-se da miséria endêmica de Tormes como “um dos reversos de toda esta beleza”. Ou seja, à semelhança de Gonçalo de *A ilustre casa de Ramires*, é num episódio invernal que Jacinto vence a indiferença dos habitantes e atua para melhorar as deficientes condições de vida locais. Aqui o clima da região vem encontrar-se com o desígnio literário: sublinhar as diferenças entre os excessos da vida citadina e vã e a penúria dos campos que parcialmente, e a par das fábricas, sustentavam essa vida.

Por fim, numa manhã de outono, na propriedade de Giães, Jacinto encontra o seu definitivo futuro serrano: Joaninha, prima de Zé Fernandes, com quem se casa em maio seguinte e graças a quem povoará de pequenos fidalgos a outrora inóspita Quinta de Tormes. Um enlevo outonal prenuncia este final feliz, na voz do narrador:

A manhã, com o céu todo purificado pela trovoada da véspera, e as terras reverdecidas e lavados pelos chuviscos ligeiros, oferecia uma doçura luminosa, fina, fresca [...]. A estrada não tinha sombras, mas o sol descia muito de leve, e roçava com uma carícia quase alada. O vale por baixo parecia a Jacinto (que nunca ali passara) uma pintura da Escola Francesa do século XVIII, tão graciosamente nele ondulavam as terras verdes, e com tanta paz e frescura corria o risonho Serpão [...]. E não sei que plantazinhas silvestres e escondidas espalhavam um delicado aroma, que eu tantas vezes sentira naquele caminho, ao começar o Outono (Queiroz, 2016, p. 234).

6.

Partimos de objetivo de detectar, nos dois romances “durienses” queirosianos de matriz realista, os aspectos climáticos das margens do Douro enquanto elementos narrativos que enriquecem a ambiência romanesca, ancoram a ação e intervêm no destino das personagens. É uma perspectiva *climocrítica* que identificou nos dois textos características da *seasons literature* europeia.

Pelo meio das tensões domésticas e das movimentações sociopolíticas, tema central de *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), e por entre a futilidade da burguesia citadina e sua oposição aos deleites da vida campestre do Portugal nortenho, matéria de *A Cidade e as Serras* (1901), é totalmente reconhecível o *seasonal setting*, os “cenários sazonais”, em pano de fundo. Isso significa que, aliada à primazia da dimensão espacial, existe nos dois romances uma dimensão literária “temporal” no sentido não cronológico, mas climático, da sequência das estações, que se converte numa dimensão paisagística.

No primeiro romance, esse pluridiscursos vive sobretudo das paisagens e sensações associadas ao verão e ao tempo quente, patentes em excertos descritivos, diálogos e desabafos de personagens, ora como ingredientes espoletadores da ação, ora enquadrando cenas, ora, ainda, preenchendo trechos descritivos. Já em *A Cidade e as Serras* é o inverno a adquirir maior importância diegética, mostrando as adversidades da população rural pobre e desafiando a adaptabilidade de um homem disposto a superar-se: Jacinto. Ao tópico climático soma-se a oposição cidade/campo, ficcionalmente representada na transição abrupta dos dois protagonistas de um quotidiano citadino de consumismo excessivo (remetendo para passos históricos da chamada época do Antropoceno) para um modelo de vida que a atual ciência das alterações globais classificaria como “mais sustentável”.

O clima e sua influência em todas as vertentes humanas surgem nos dois romances em toda a sua universalidade e intemporalidade, não apenas como elementos do cenário biofísico e paisagístico, mas desempenhando uma função dramática concreta. Essa representação permite-nos confirmar as hipóteses citadas na introdução e responder afirmativamente às questões da ecocrítica formuladas especificamente para o *corpus* literário em estudo. Porém não podemos alegar estarmos em presença de literatura de consciencialização para as questões ambientais e climáticas, no sentido de uma mensagem literária ao serviço desse propósito por parte de Eça de Queirós. Tampouco detectamos nesses textos queirosianos uma expressão climática no nível das manifestadas já no século XX em, por exemplo, *Contos Durienses*, de João de Araújo Correia (2016), *Vindima*, de Miguel Torga, ou o ciclo *Port Wine*, de Alves Redol. Mas um exercício simples – imaginar os dois romances durienses sem o envolvimento da realidade geográfica, seja nos cenários

exteriores, seja no trajeto e na sina das personagens – revelaria certamente duas narrativas descoloridas na sua dimensão espacial e amputadas na sua profundidade humana.

Será, portanto, razoável concluir a apropriação, por parte da literatura, da temática paisagística e climática na construção dos universos ficcionais. As dimensões poética e comunicativa da literatura queirosiana manifestam-se através desses recursos articulados com o célebre tom satírico à sociedade finissecular, longitudinal aos textos, e com cenas de humor fino que os pontuam.

Do ponto de vista prático, ambas as narrativas incluem teores suscetíveis de avivar nos leitores de hoje uma consciência e um interesse pelo ambiente, pelo clima e pela ecologia. Seria de aplicar essa capacidade pluridiscursiva a uma ótica interdisciplinar ao nível do sistema educativo, enquanto leitura recomendada não apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa, mas também nas de Geografia, Ciências Naturais e outras. Por outro lado, explorar a figuração climática nos roteiros literários queirosianos já criados enriqueceria o seu papel didático e elevaria o seu valor no âmbito do turismo ecoliterário.

Referências

- BERHINGER, Wolfgang. *A Cultural History of Climate*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- BUELL, Lawrence. “Representing the Environment”. In: COUPE, L. (ed.), *The Green Studies Reader. From Romanticism to Ecocriticism*, p. 177-181, 1995.
- CABRAL, António. *Eça de Queiroz – a sua vida e a sua obra*. 3. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Lisboa: D. Quixote, 2015.
- CARVALHO, Ana Cristina. Ventanias, solamas e chuvadas: traços do clima de Portugal em contos de três escritores. In: MALT, L.; PIRES, I. (orgs.), *Arte e Ecologia Humana*: FCSH/FCT. p. 158-183, 2021. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/127865/1/Ebook_Arte_e_Ecologia_Humana_87_98.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CARVALHO, Ana Cristina (2024). Humanos e Paisagem das terras da Gândara; uma climocrítica de *Casa da Duna* (1943) e *Finisterra* (1978). *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 45, p. 81-92, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/12537>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CASTRO, Augusto de. Ramalho Ortigão, seu exemplo e sua obra – sobre Ramalho Ortigão e comparação com Eça. *As farpas*. Lisboa: Tipografia Universal, p. xiii-xl, 1942.

- CASTRO, Laura. *Viajar com Eça de Queiroz*. Porto: Edições Caixotim, 2003.
- Comissão de Coordenação Regional do Norte. Apresentação. *CCDR-N.pt*, Porto, 2024. Disponível em: <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CORREIA, João de Araújo. *Horas mortas*. Régua: Imprensa do Douro Editora, 1968.
- CORREIA, João de Araújo. *Contos durienses*. 4. ed. Lisboa; Peso da Régua: Âncora; Tertúlia João de Araújo Correia, 2016.
- CORTESÃO, Jaime. *Portugal. A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- FAGAN, Brian. *A Pequena Idade do Gelo. Como o clima fez a história: 1300-1850*. Loures: Alma dos Livros, 2020.
- FIALHO, Irene. Jacinto, na Cidade e nas Serras de Eça de Queiroz. In: CARVALHO, A. C.; ALVES, I. F.; LUZ, A. L. (eds.). *Minho, Douro e Trás-os-Montes: imagens do ambiente natural e humano na literatura de ficção*. Lisboa: By the Book, p. 242-258, 2024.
- GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2006.
- HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven: Yale University Press, 1948.
- IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Sixth Assessment Report - Synthesis Report*: U.N. Framework Conv. Climate Change, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA. Normais climatológicas. *IPMA.pt*, Lisboa. Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- LADURIE, Emmanuel. *Histoire humaine et comparée du climat*: Tome III – Le réchauffement de 1860 à nos jours. Paris: Fayard, 2009.
- LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LOURENÇO, A. Apolinário. Jacinto. *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*. Lisboa: Centro de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://dp.uc.pt/apresentacao/colaboradores/item/274-jacinto>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- MATOS, A. Campos. *Diálogo com Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1998.
- MATOS, A. Campos. *Viagem no Portugal de Eça de Queiroz (Roteiro)*. Resende: Fundação Eça de Queiroz, 2000.
- MATOS, A. Campos. *Sobre Eça de Queiroz*. C. M. Póvoa de Varzim: Livros Horizonte, 2002.

- MENDES, João R. O “Antropoceno” por Paul Crutzen & Eugene Stoermer. *Anthropocenica: Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, [S. l.], v. 1, 2020. DOI: 10.21814/anthropocenica.3095. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocenica/article/view/3095>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- MOURA, Helena C. Nota final. In: QUEIROZ, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. p. 389-390, 2015.
- PROGRAMA GULBENKIAN DE CIÊNCIA. *Ambiente – Por que ler os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian. S/d.
- QUEIROZ, Eça de. *Últimas páginas*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2001.
- QUEIROZ, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Porto: Livros do Brasil, 2015.
- QUEIROZ, Eça de. *A Cidade e as Serras*. Lisboa: Livros do Brasil, 2016.
- QUEIRÓS, Eça de. *Outras Paragens: uma pequena antologia*. Preparação de C. Teixeira e D. M. Barbosa. Lisboa: Quetzal, 2021.
- RUECKERT, William. Literature and ecology: an experiment in Ecocriticism. In: GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (eds.). *The Ecocriticism Reader*. Athens: The University of Georgia Press, p. 105-123, 1996.
- SALEMA, Álvaro. *Primeiros temas de romance (Opúsculo)*. [S. l.]: Ed. autor, 1950.
- SANTOS, F. Duarte. *Alterações climáticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.
- SENA, Jorge de. *Literatura Portuguesa: das cantigas de amigo e de amor às vanguardas do século XXI*. Lisboa: Guerra e Paz Ed. [15ª edição da Enciclopédia Britânica], 2023.
- SOMERVELL, Tess. The seasons. In: JOHNS-PUTRA, A. (ed.). *Climate and literature*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 45-59, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108505321>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- SOUSA, Frank. *O segredo de Eça: ideologia e ambiguidade em A Cidade e as Serras*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- TANNER, Jessica. The Climate of Naturalism: Zola’s Atmospheres. *L’Esprit Créateur*, v. 57, p. 20-33, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317119974_The_Climate_of_Naturalism_Zola’s_Atmospheres. Acesso em: 15 jul. 2025.
- TUAN, Yi-Fu. *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*. New York: Columbia University Press, 1990.

Ana Cristina Carvalho. Mestre e doutora em Ecologia Humana pela Universidade Nova de Lisboa. Foi engenheira do Ambiente do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas de 1986 a 2009 e professora auxiliar convidada do Departamento de Sociologia da Nova FCSH entre 2009 e 2018. Investigadora do IELT e do CICS.Nova. Seu principal tema de investigação é o ambiente e o clima na literatura portuguesa de ficção. Desde 2020 dirige a coleção de livros impressos e online “Literatura e Ambiente”, que envolve autores de universidades e centros de investigação de Portugal e do estrangeiro. É autora de artigos científicos sobre Ecologia Humana e Ecocrítica, publicados em Portugal e em outros países. Faz parte do conselho editorial/científico da *Lit&Tour – International Journal of Literature and Tourism Research* e da *C@striana* online.

E-mail: acristinacarvalho22@gmail.com

Declaração de Autoria

Ana Cristina Carvalho, declarada autora, confirma sua participação em todas as etapas de elaboração do trabalho: 1. Conceição do projeto, pesquisa bibliográfica, análise e interpretação dos dados; 2. Redação e revisão do manuscrito; 3. Conceção da versão final do manuscrito para publicação; 4. Responsabilidade por todos os aspectos do trabalho e garantia pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Financiamento

Ana Cristina Carvalho escreve como investigadora do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT) e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Nova FCSH).

Este artigo foi produzido no âmbito do projeto “Representations of Mainland Portugal’s Climate in XIX to XXI Centuries Portuguese Novels”, decorrente da Bolsa de Investigação Científica do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEECIND/02152/2017 – e financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, enquanto investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) e do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT) da Nova FCSH.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Agradecimentos

A Fernando Honório, pela elaboração do mapa-base da Figura 1.

Parecer Final dos Editores

Ana Maria Lisboa de Mello, Elena Cristina Palmero González, Rafael Gutierrez Giraldo e Rodrigo Labriola, aprovamos a versão final deste texto para sua publicação.

Recebido em: 15/05/2025

Aceito em: 30/07/2025